



## Produto Interno Bruto dos Municípios 2017

PIB  
dos  
municípios

ISBN 978-85-240-4517-2  
© IBGE, 2019

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2017<sup>1</sup>. A metodologia adotada para sua estimativa é uniforme para todas as Unidades da Federação e integrada, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais - SCN e Sistema de Contas Regionais - SCR. Portanto, os resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados do SCN e do SCR. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grupos de atividade econômica: Agropecuária; Indústria; e Serviços – além da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social –, devido à importância dessa atividade na economia brasileira; bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB e o PIB *per capita*. Essas informações, além de es-

tabelecer relações macroeconômicas, possibilitam traçar o perfil econômico de cada um dos municípios brasileiros.

O presente informativo traz comentários analíticos sobre os principais destaques para o ano de 2017, com comparações em relação a 2016 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, início da série publicada. Com a colaboração da Diretoria de Geociências, são apresentadas ainda análises geográficas mais detalhadas, que interpretam o PIB dos Municípios de acordo com a distribuição no País com base em tipologias (classificações de municípios como, por exemplo, por hierarquia urbana) e regionalizações (agregações de municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados do PIB dos Municípios, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

### Concentração econômica

O resultado de 2017 mostra que sete municípios responderam por quase ¼ do PIB do Brasil e 13,6% da população<sup>2</sup>; e que os 69 municípios de maiores PIBs representavam, aproximadamente, ½ do total e um pouco mais de 1/3 da população do País. Já em 2002 apenas quatro municípios somavam quase ¼ da economia nacional.

Destaca-se, ainda, que os 1 324 municípios de menores PIBs responderam, em 2017, por cerca de 1,0% do PIB e por 3,1% da população brasileira. Nota-se que entre estes municípios, os que estão no Piauí (157), Paraíba (133), Rio Grande do Norte (78) e Tocantins (68), representam cerca de 50% dos municípios do respectivo estado. Em 2002, 1 383 municípios correspondiam a 1,0% do PIB e somavam 3,7% da população.

Os municípios que responderam por quase ¼ da economia brasileira em 2017 foram: São Paulo (SP) com 10,6%, Rio de Janeiro (RJ)

com 5,1%, Brasília (DF) com 3,7%, Belo Horizonte (MG) com 1,4%, Curitiba (PR) com 1,3%, Osasco (SP) com 1,2% e Porto Alegre (RS) com 1,1%. Em termos de posição, apenas Osasco (SP) e Porto Alegre (RS) alteraram suas posições na comparação entre 2002 e 2017: da 16<sup>a</sup> posição para sexta e da sexta para a sétima, respectivamente.

A análise da distribuição do PIB por concentrações urbanas<sup>3</sup> permite verificar que ¼ da produção econômica do País em 2017 estava em apenas duas concentrações urbanas: São Paulo/SP com 17,3%, onde se situa, entre outros, o município de Osasco (SP); e Rio de Janeiro/RJ, com 7,7% do PIB. Ademais, é possível verificar que as 10 maiores concentrações urbanas brasileiras compõem cerca de 43% do PIB, sendo elas: São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, Campinas/SP, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE.

<sup>1</sup> Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2016, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda, é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre o PIB dos Municípios estão disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>.

<sup>2</sup> População residente estimada por município com data de referência em 1º de julho de 2017, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

<sup>3</sup> Município ou arranjo populacional com população acima de 100 000 habitantes. Apresenta alto grau de integração, devido aos deslocamentos para trabalho e estudo, possuindo grande tamanho populacional e manchas urbanizadas resultantes da expansão de uma ou mais cidades. São consideradas médias concentrações urbanas os municípios isolados e os arranjos populacionais até 750 000 habitantes, e grandes concentrações urbanas, acima de 750 000 habitantes.

Por Grandes Regiões e Unidades da Federação, em 2017, o padrão identificado no País é repetido, com concentração das maiores parcelas do PIB em poucos municípios. Na comparação entre 2002 e 2017, o número de municípios que somavam até ½ da economia foi ampliado: na Região Norte, de seis para nove municípios; Nordeste, de 25 para 28; Su-

deste, de 13 para 17; Sul, de 31 para 35; e Centro-Oeste, de um para três.

O PIB segundo a densidade econômica, ou seja, dividido pela área, revela igualmente grande concentração espacial, apresentando valores elevados nas capitais e municípios mais urbanizados do litoral e no centro sul, e valores mais baixos no interior do Nordeste

### Distribuição dos municípios segundo as faixas de participação no PIB do Brasil

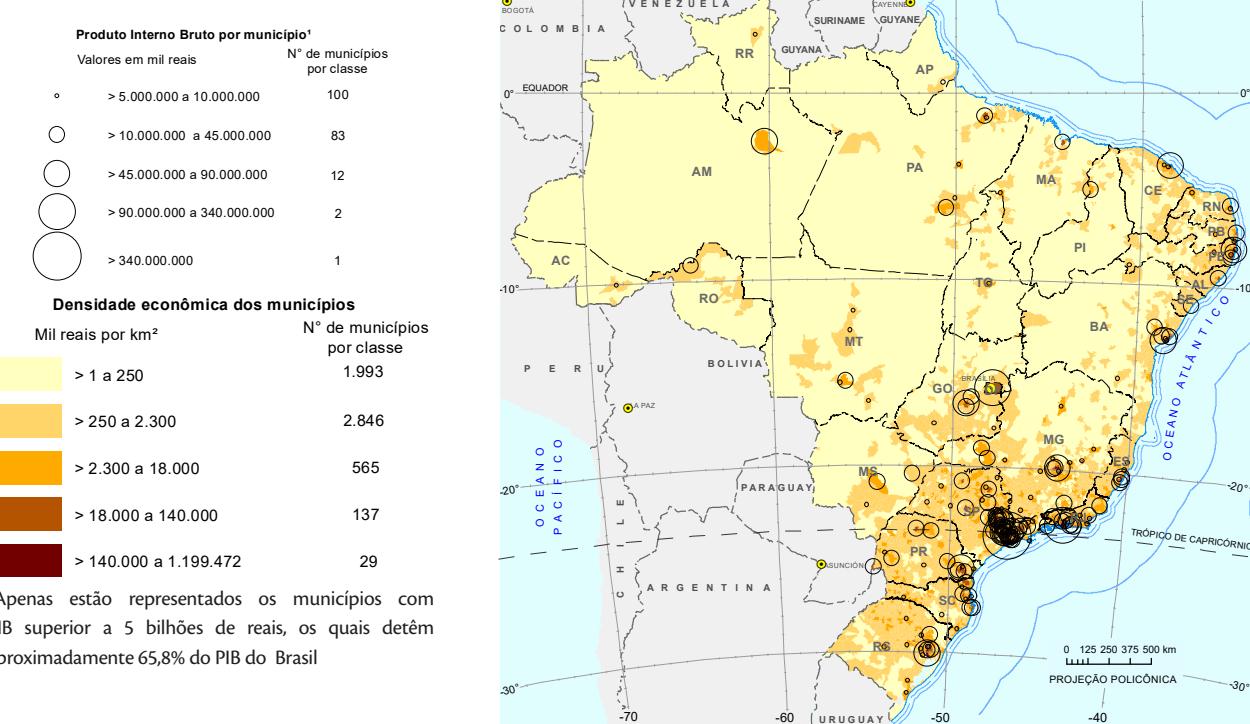
Faixas de participação no PIB do Brasil	Número de municípios	Participação (%)		Número de municípios acumulado	Participação acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
<b>2002</b>						
Até 25%	4	0,1	12,0	4	0,1	12,0
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	48	0,9	29,3
De 50% a 75%	263	4,7	24,4	311	5,6	53,7
De 75% a 95%	1 899	34,2	31,0	2 210	39,7	84,7
De 95% a 99%	1 967	35,4	11,6	4 177	75,1	96,3
De 99% a 100%	1 383	24,9	3,7	5 560	100,0	100,0
<b>2017</b>						
Até 25%	7	0,1	13,6	7	0,1	13,6
De 25% a 50%	62	1,1	20,5	69	1,2	34,1
De 50% a 75%	310	5,6	23,2	379	6,8	57,4
De 75% a 95%	1 961	35,2	29,4	2 340	42,0	86,7
De 95% a 99%	1 906	34,2	10,2	4 246	76,2	96,9
De 99% a 100%	1 324	23,8	3,1	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

### PIB e densidade econômica dos municípios

2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

e do Norte do País. Os municípios mais urbanizados tendem a ter maior participação dos Serviços e da Indústria no PIB, atividades que produzem maior valor agregado por área, enquanto as áreas rurais têm na Agropecuária, com menor valor por área, atividade importante para a economia. A densidade econômica no território brasileiro em 2017 foi de 774 mil R\$/km<sup>2</sup> enquanto nas Concentrações Urbanas, esse valor sobe para 8 158 mil R\$/km<sup>2</sup>, 10,5 vezes maior. Na Amazônia Legal<sup>4</sup>, região com extensas áreas de baixa ocupação, este valor fica em 114 mil R\$/km<sup>2</sup>.

Entre os 10 municípios que apresentaram, em 2017, maior densidade econômica no País, sete estavam na grande concentração urbana de São Paulo/SP, com destaque para o Município de Osasco (SP) com mais de 1 bilhão de R\$/km<sup>2</sup>. Entre as concentrações urbanas, a desigualdade espacial, apesar de menor, ainda é notável. Enquanto na concentração urbana de São Paulo/SP, o quilômetro quadrado produziu 159 230 mil R\$/km<sup>2</sup>, a concentração urbana do Rio de Janeiro/RJ, segunda na classificação, produziu 83 769 mil R\$/km<sup>2</sup>, cerca de metade do valor de São Paulo/SP.

## 10 maiores PIBs e densidades econômicas no Brasil, segundo os municípios e concentrações urbanas

Municípios				
10 maiores municípios por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 municípios com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km <sup>2</sup> )
<b>Total</b>	<b>1 804 490 435</b>	<b>27,4</b>	<b>Total</b>	<b>392 045</b>
São Paulo (SP)	699 288 352	10,6	Osasco (SP)	1 199 472
Rio de Janeiro (RJ)	337 594 462	5,1	São Caetano do Sul (SP)	854 932
Brasília (DF)	244 682 756	3,7	Barueri (SP)	723 788
Belo Horizonte (MG)	88 951 168	1,4	São Paulo (SP)	459 722
Curitiba (PR)	84 702 357	1,3	Diadema (SP)	436 441
Osasco (SP)	77 910 496	1,2	Taboão da Serra (SP)	433 779
Porto Alegre (RS)	73 862 306	1,1	Rio de Janeiro (RJ)	281 287
Manaus (AM)	73 201 651	1,1	Belo Horizonte (MG)	268 409
Salvador (BA)	62 717 483	1,0	Mauá (SP)	263 070
Fortaleza (CE)	61 579 403	0,9	São João de Meriti (RJ)	261 089
Concentrações urbanas				
10 maiores concentrações urbanas por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 concentrações urbanas com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km <sup>2</sup> )
<b>Total</b>	<b>2 838 351 683</b>	<b>43,1</b>	<b>Total</b>	<b>88 214</b>
São Paulo/SP	1 139 123 800	17,3	São Paulo/SP	159 230
Rio de Janeiro/RJ	506 953 116	7,7	Rio de Janeiro/RJ	83 769
Brasília/DF	256 171 693	3,9	Campinas/SP	78 909
Belo Horizonte/MG	176 892 300	2,7	Jundiaí/SP	56 941
Porto Alegre/RS	161 583 205	2,5	Indaiatuba/SP	43 300
Curitiba/PR	150 505 660	2,3	Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP	39 799
Campinas/SP	140 031 349	2,1	Itajaí - Balneário Camboriú/SC	37 285
Salvador/BA	116 613 003	1,8	Baixada Santista/SP	36 123
Recife/PE	106 272 011	1,6	Recife/PE	34 898
Fortaleza/CE	84 205 547	1,3	Vitória/ES	34 762

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

<sup>4</sup> A Amazônia Legal é composta por 772 municípios dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44°.

O índice de Gini do PIB considerando os municípios, outra medida de concentração, em 2017 foi de 0,85 e, ao longo da série analisada, manteve-se praticamente inalterado. Em 2017, apenas os Estados de São Paulo (0,87) e do Amazonas (0,86) apresentaram índice de Gini superior ao nacional. Os menores indicadores foram observados nos Estados do Acre e Mato Grosso do Sul (ambos com 0,68) e Rondônia (0,69).

Os 100 maiores PIBs municipais brasileiros, em 2017, representavam 55,3% do PIB do País ante uma participação de 60,0% em 2002. Por Grande Região, dentre os 100 municípios, aqueles do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste aumentaram suas participações em relação ao PIB nacional entre 2002 e 2017. Entretanto, em relação às respectivas regiões houve perda de participação em cada uma das Grandes Regiões. E, em termos de número de municípios, apenas o Sudeste e Sul apresentaram redução entre 2002 e 2017.

### Distribuição dos 100 municípios com os maiores PIBs, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	2002			2017		
	Número de municípios	Participação do PIB (%)		Número de municípios	Participação do PIB (%)	
		Na região	No Brasil		Na região	No Brasil
<b>100 municípios com os maiores PIBs</b>						
Brasil	100	..	60,0	100	..	55,3
Norte	4	43,3	2,0	5	40,3	2,3
Nordeste	12	41,0	5,4	15	40,7	5,9
Sudeste	59	70,8	40,6	56	66,2	35,0
Sul	20	42,6	6,9	17	37,6	6,4
Centro-Oeste	5	59,5	5,1	7	57,8	5,8
<b>100 municípios com maiores PIBs, exclusive os Municípios das Capitais</b>						
Brasil	100	..	27,1	100	..	26,6
Norte	-	-	-	2	7,3	0,4
Nordeste	6	7,7	1,0	8	10,4	1,5
Sudeste	69	37,0	21,2	64	36,4	19,2
Sul	22	28,0	4,5	21	27,3	4,7
Centro-Oeste	3	4,4	0,4	5	8,5	0,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na análise sem os Municípios das Capitais, os 100 maiores PIBs também perderam participação no PIB do Brasil, entre 2002 e 2017, de 27,1% para 26,6%, na ordem. Entretanto, observa-se que apenas os municípios do Sudeste perderam peso no total do País; já os municípios das demais regiões ganharam participação ao longo da série. Nota-se, ainda, que o Norte, em 2002, não tinha nenhum representante entre os 100 maiores PIBs e passou a contar com dois municípios em 2017 - Parauapebas (PA) e Marabá (PA), com 0,3% e 0,1% do PIB brasileiro, respectivamente.

Em uma análise segundo Regiões Geográficas Imediatas<sup>5</sup>, que possibilita avaliar as disparidades entre municípios-polo<sup>6</sup> e municípios do entorno<sup>7</sup>, os primeiros concentravam, em 2017, 58,6% do PIB brasileiro, enquanto os municípios do entorno somavam 41,4%.

Em uma outra escala de análise, a desigualdade regional fica evidente quando se compara o Semiárido<sup>8</sup>, a Amazônia Legal e a Cidade-Região de São Paulo<sup>9</sup>. O primeiro representou, em 2017, apenas 5,2% do PIB nacional, a Amazônia Legal, 8,7% e a Cidade-Região de São Paulo foi responsável por 24,6% do PIB do Brasil naquele ano.

Observando os cinco maiores PIBs em cada Unidade da Federação, em 17 entes federativos, estes municípios concentravam mais do que ½ do PIB estadual em 2017. No Amazonas, Roraima, Amapá e Distrito Federal os cinco maiores somavam mais de 80%, embora tenham reduzido a participação em relação a 2002; com exceção de Brasília, único município do Distrito Federal.

Entre as demais 10 Unidades da Federação, os cinco maiores PIBs somavam menos de 40% em: Paraná (38,1%), Santa Catarina

<sup>5</sup> Recorte geográfico que reúne um conjunto de municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de arranjo populacional – o polo.

<sup>6</sup> Município que atrai os moradores dos municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego, e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, de serviços judiciários, entre outros.

<sup>7</sup> Municípios não polo da Região Geográfica Imediata.

<sup>8</sup> O Semiárido brasileiro é composto por 1 262 municípios, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe Bahia e Minas Gerais.

<sup>9</sup> A Cidade-Região de São Paulo faz referência à 2ª integração do arranjo populacional de São Paulo/SP, que engloba um contínuo geográfico de 92 municípios com forte interação no processo produtivo (bens, cultura, fluxos financeiros etc.) com a metrópole de São Paulo.

(34,3%) e Rio Grande do Sul (32,2%), todos do Sul; e apenas um do Sudeste, Minas Gerais (33,2%). Entre estes, somente no Paraná os cinco maiores PIBs somavam mais de 40% do PIB estadual (42,6%) em 2002.

Os Municípios das Capitais representavam, em 2017, 32,4% do PIB nacional, a menor participação da série. Enquanto São Paulo, com 10,6%, ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, Rio Branco (AC) ocupava a última com 0,1%.

Na Região Centro-Oeste as capitais participavam com 52,1% do PIB, já que Brasília, por ser a capital do País, sozinha representava 37,1% da região. As capitais dos estados do Norte respondiam por 42,2% da região, no Nordeste e no Sudeste somavam 32,1% e 32,9% de seus respectivos PIBs, enquanto no Sul verificou-se o menor percentual: 15,9%.

## PIB per capita

Em 2017, os 10 municípios com os maiores PIB *per capita* somavam 1,5% do PIB brasileiro e 0,2% da população. Paulínia (SP), com valor de R\$ 344 847,17, foi o município com o maior PIB *per capita* em 2017. O município possuía relevância na indústria de refino de petróleo. Além deste, os municípios que ocupavam a segunda, quarta e sétima posições também tiveram na indústria do petróleo sua principal atividade: Triunfo (RS) com indústria petroquímica; Presidente Kennedy (ES), com a extração de petróleo; e São Francisco do Conde (BA), com a indústria de refino de petróleo; na ordem.

Os municípios de Louveira (SP) e Extrema (MG) estão na terceira e oitavas posições, em razão do Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e Indústrias de transformação. Na quinta posição, São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) é o único município que tem a extração de minério de ferro como principal atividade, entre os 10 maiores PIBs *per capita* de 2017. Já Selvíria (MS), ocupando a sexta posição, e Vitória do Xingu (PA), a nona, constam nesta relação graças à geração de energia hidrelétrica. Finalmente na 10ª posição, Jaguariúna (SP) em função de Indústrias de transformação.

Entre os Municípios das Capitais, Brasília, com R\$ 80 502,47, ocupou a primeira posição em relação ao PIB *per capita* em 2017, enquanto Belém foi a capital que ocupou a menor posição (R\$ 20 821,46).

A razão entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do Brasil (R\$ 31 702,25) mostrou que, em 2017, enquanto Brasília teve valor 2,54 vezes maior que o nacional, em Belém a razão foi de 0,66. No mesmo ano, 13 capitais brasileiras possuíam PIB *per capita* maior do que o nacional; em 2002 eram 11.

Manaus foi a única representante da Região Norte com razão acima de 1,0 ao longo de toda a série, com 1,08 em 2017 (1,39 em 2002), e Recife a única da Região Nordeste, com razão 1,00 em 2017 (1,15 em 2002).

Em 12 Unidades da Federação, suas capitais representavam menos de 30% do PIB estadual: Belém (19,5%); Palmas (24,2%); Recife (28,6%); Salvador (23,3%); Belo Horizonte (15,4%); Vitória (17,9%); Curitiba (20,1%); Florianópolis (7,0%); Porto Alegre (17,5%); Campo Grande (28,1%); Cuiabá (18,4%) e Goiânia (25,5%).

Nas demais Unidades da Federação apenas as capitais do Acre (57,1%), Amazonas (78,5%), Roraima (73,9%), Amapá (64,6%), Rio de Janeiro (50,3%) e Distrito Federal (100%) detinham mais de ½ do PIB estadual.

Atesta-se ainda, que, ao longo da série estudada, Florianópolis foi a única capital que não ocupou a primeira posição em seu estado. Em 2017, com 7,0%, foi precedida por Joinville (SC), com 9,9%, e por Itajaí (SC), com 7,9%.

## Razão entre o PIB per capita dos Municípios das Capitais e das grandes concentrações urbanas e o PIB per capita do Brasil

### Municípios das Capitais

(continua)

	2002		2017
Brasília (DF)	2,93	Brasília (DF)	2,54
Vitória (ES)	2,82	São Paulo (SP)	1,82
São Paulo (SP)	2,10	Vitória (ES)	1,76
Rio de Janeiro (RJ)	1,87	Rio de Janeiro (RJ)	1,63
Porto Alegre (RS)	1,56	Porto Alegre (RS)	1,57
Curitiba (PR)	1,52	Curitiba (PR)	1,40
Florianópolis (SC)	1,41	Florianópolis (SC)	1,27
Manaus (AM)	1,39	Cuiabá (MT)	1,25
Belo Horizonte (MG)	1,21	Belo Horizonte (MG)	1,11
Recife (PE)	1,15	Manaus (AM)	1,08
Goiânia (GO)	1,15	Goiânia (GO)	1,05
Cuiabá (MT)	0,98	Porto Velho (RO)	1,00
Boa Vista (RR)	0,98	Recife (PE)	1,00
Aracaju (SE)	0,98	Campo Grande (MS)	0,98
Palmas (TO)	0,91	Palmas (TO)	0,91
Campo Grande (MS)	0,82	São Luís (MA)	0,86
Macapá (AP)	0,81	Boa Vista (RR)	0,85
Natal (RN)	0,79	Natal (RN)	0,84
João Pessoa (PB)	0,78	Aracaju (SE)	0,79
Rio Branco (AC)	0,78	João Pessoa (PB)	0,77
Porto Velho (RO)	0,78	Fortaleza (CE)	0,74
São Luís (MA)	0,74	Teresina (PI)	0,71
Salvador (BA)	0,73	Rio Branco (AC)	0,67
Belém (PA)	0,71	Salvador (BA)	0,67
Fortaleza (CE)	0,71	Maceió (AL)	0,67
Maceió (AL)	0,60	Macapá (AP)	0,66
Teresina (PI)	0,56	Belém (PA)	0,66

Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste

## Razão entre o PIB per capita dos Municípios das Capitais e das grandes concentrações urbanas e o PIB per capita do Brasil

### Grandes concentrações urbanas

(conclusão)

	2002	2017	
Brasília/DF	2,30	Campinas/SP	2,10
São José dos Campos/SP	2,19	Brasília/DF	2,04
Campinas/SP	2,18	São Paulo/SP	1,68
São Paulo/SP	1,87	São José dos Campos/SP	1,62
Curitiba/PR	1,44	Sorocaba/SP	1,41
Sorocaba/SP	1,42	Curitiba/PR	1,40
Manaus/AM	1,39	Porto Alegre/RS	1,29
Rio de Janeiro/RJ	1,37	Rio de Janeiro/RJ	1,29
Vitória/ES	1,37	Florianópolis/SC	1,18
Baixada Santista/SP	1,35	Cuiabá/MT	1,14
Porto Alegre/RS	1,29	Manaus/AM	1,08
Florianópolis/SC	1,14	Belo Horizonte/MG	1,08
Belo Horizonte/MG	1,12	Baixada Santista/SP	1,08
Salvador/BA	0,98	Vitória/ES	1,04
Goiânia/GO	0,94	Campo Grande/MS	0,98
Cuiabá/MT	0,87	Salvador/BA	0,94
Aracaju/SE	0,85	Goiânia/GO	0,94
Campo Grande/MS	0,82	Recife/PE	0,83
Recife/PE	0,79	Natal/RN	0,74
Natal/RN	0,76	João Pessoa/PB	0,74
João Pessoa/PB	0,72	Fortaleza/CE	0,74
Fortaleza/CE	0,68	São Luís/MA	0,73
São Luís/MA	0,64	Aracaju/SE	0,68
Belém/PA	0,61	Maceió/AL	0,66
Maceió/AL	0,61	Teresina/PI	0,65
Teresina/PI	0,51	Belém/PA	0,59

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

Percebe-se, entretanto, uma tendência a aproximação dos valores do PIB per capita dos Municípios das Capitais à média brasileira. As razões das capitais têm se aproximado a 1,0 ao longo da série estudada, ou seja, enquanto as razões acima do valor nacional em 2002 reduziram na comparação a 2017, as razões abaixo de 1,0 aumentaram no período.

Na análise que abrange as grandes concentrações urbanas, observa-se que a razão do PIB per capita da concentração de Campinas/SP (2,10), supera a concentração de Brasília/DF (2,04) em 2017. São José dos Campos/SP (1,62) e Sorocaba/SP (1,41) na quarta e quinta posição, respectivamente, tiveram razão superior às grandes concen-

trações urbanas de capitais, com exceção de Brasília/DF e São Paulo/SP (1,68).

Em 2002, 13 grandes concentrações urbanas apresentavam um PIB per capita maior que a média nacional. À exceção de Brasília/DF e Manaus/AM, as demais concentrações encontravam-se nas Regiões Sudeste e Sul. Em 2017, são 14 as grandes concentrações urbanas com razão acima de 1, passando a incluir Cuiabá/MT. Em ambos os anos, porém, nenhuma grande concentração urbana de capital do Nordeste foi maior que 1.

A desigualdade regional fica mais evidente na comparação entre as regiões do Semiárido, da Amazônia Legal e da Cidade-Região de São

Paulo para o PIB per capita em 2017. Enquanto a região semiárida do País apresentou uma razão de 0,39, o PIB per capita da Cidade-Região de São Paulo correspondeu a 1,70; já a razão para a Amazônia Legal foi de 0,67.

A comparação, dentro das Regiões Geográficas Imediatas, entre municípios-polo e municípios do entorno, mostrou que o conjunto dos municípios-polo possuía, em 2017, PIB per capita de R\$ 36 903,49, enquanto o dos municípios do entorno possuía PIB per capita de R\$ 26 432,41.

Observa-se que os maiores valores do PIB per capita, em 2017, pertencem aos grandes centros urbanos do centro-sul, e ainda a algumas regiões de forte expansão da fronteira agrícola, notadamente na região central do Mato Grosso, no oeste baiano e no alto curso do Rio Parnaíba, onde houve elevada participação da cadeia de produção de soja associada à baixa densidade demográfica.

Destacaram-se também Vitória do Xingu (PA), com relevância na geração de energia elétrica; Canaã do Carajás (PA) e Parauapebas (PA), onde Indústrias extrativas têm grande importância; e o leste do Mato Grosso do Sul, onde se destaca a cadeia de produção da celulose.

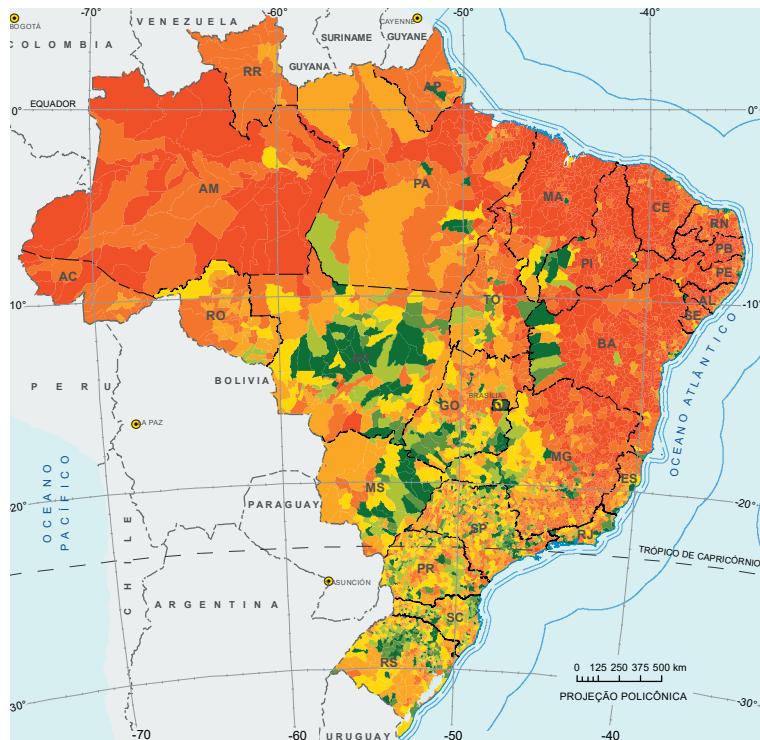
Na análise segundo a hierarquia urbana<sup>10</sup> dos municípios, observa-se que, de um modo geral, quanto mais alta a hierarquia, maior o PIB per capita. As metrópoles, em 2017, apresentaram PIB per capita 2,15 vezes maior do que os centros locais e, assim como as capitais regionais (R\$ 34 190,09), as metrópoles (R\$ 42 170,42) tiveram PIB per capita maior que o nacional (R\$ 31 702,25). As demais classes da hierarquia urbana apresentaram PIB per capita inferior à média nacional.

Entre 2016 e 2017 o PIB per capita das metrópoles se aproximou do valor nacional, saindo de uma razão de 1,35 para 1,33. Por sua vez, os centros de zona apresentaram uma razão de 0,87 em 2016 e 0,89 em 2017; um ganho de 0,02. Os centros locais passaram de 0,61 para 0,62 no período.

<sup>10</sup> Posição relativa de um centro urbano (sede de município) ou de um arranjo populacional no conjunto funcionalmente articulado de cidades do território brasileiro. Ela é aferida por meio da quantificação de suas funções (presença de instituições e empresas) e do grau de centralidade em relação ao deslocamento de moradores de outros municípios em busca de bens e serviços. Atualmente são identificados cinco grandes níveis: metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. Para efeito desta publicação, os municípios que não existiam em 2007 e, portanto, não classificados na pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007, foram considerados como município de centro local.

## PIB per capita

2017

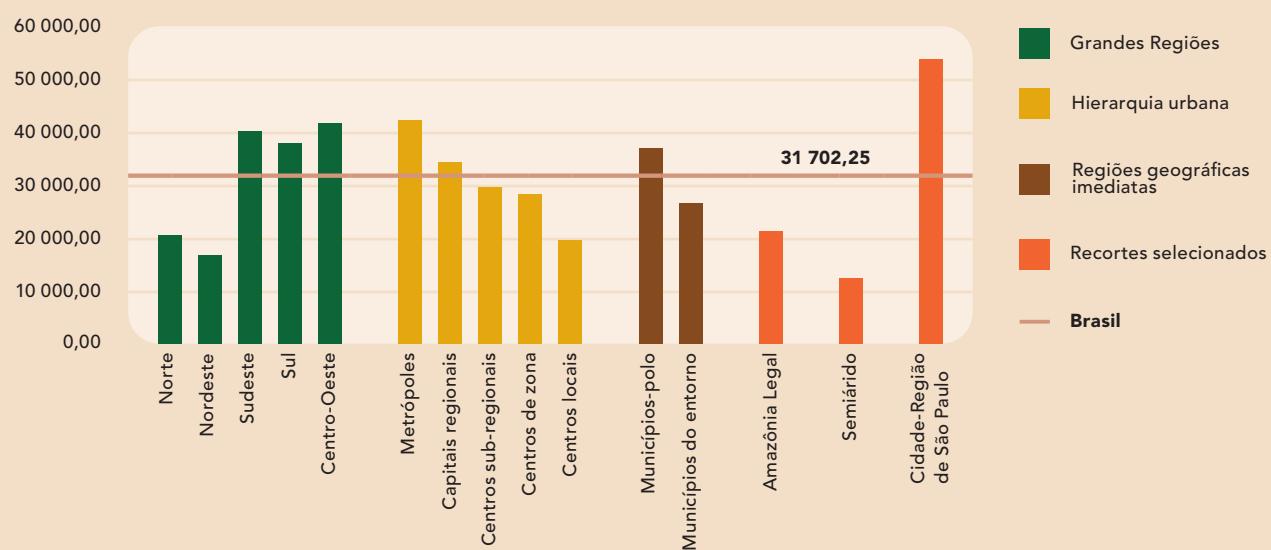


	PIB per capita por município (R\$)	Nº de municípios por classe
Abaixo da média nacional	> 3.285 a 11.000	1.808
	> 11.000 a 19.000	1.333
	> 19.000 a 27.000	1.029
	> 27.000 a 35.000	575
	> 35.000 a 43.000	319
	> 43.000 a 51.000	195
Acima da média nacional	> 51.000 a 344.847	311
	PIB per capita brasileiro: R\$ 31.702,25	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

## PIB per capita segundo tipologias geográficas e recortes selecionados (R\$)

2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

## Evolução das participações do PIB entre os municípios

### Período 2016-2017

Observando as maiores diferenças de participação em relação ao PIB do Brasil, entre 2016 e 2017, os municípios com maior ganho em valor absoluto foram Maricá (RJ), Parauapebas (PA), Ribeirão Preto (SP), Niterói (RJ) e Goiana (PE), todos eles com acréscimo de 0,1 ponto percentual (p.p.).

Maricá (RJ) e Niterói (RJ) tiveram ganho de participação atrelado à extração de petróleo; atividade beneficiada pelo aumento dos preços da commodity em 2017. Em Parauapebas (PA) o aumento em valor do PIB também se justificou pelas Indústrias extrativas, neste caso pela extração de minério de ferro, que teve a produção em 2017 alavancada pelo início de operações de nova mina.

Ribeirão Preto (SP) apresentou o quarto maior ganho de participação devido às Indústrias de transformação e ao Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. Para Goiana (PE), foi determinante o aumento da produção da indústria automobilística entre 2016 e 2017.

Já as cinco maiores quedas de participação ocorreram em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), São José dos Campos (SP), Belo Horizonte (MG) e Betim (MG). Em São Paulo, a perda de participação ocorreu em função das Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, bastante concentrada na capital paulista e que apresentou, em 2017, redução das operações de crédito e das taxas de juros.

No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, a queda concentrou-se na Construção. Já em São José dos Campos, a diferença negativa de participação esteve atrelada às Indústrias de transformação. Em Betim, município da região metropolitana de Belo Horizonte, o desempenho vinculou-se à indústria de refino de petróleo, na qual houve aumento de custos de matéria-prima.

Ao se analisar a evolução da participação no PIB nacional das concentrações urbanas, observa-se que, das 185 concentrações urbanas do País, 103 avançaram e as demais 82 reduziram. Das 26 grandes concentrações urbanas, somente 6 ganharam peso e as demais 20 perderam. Já entre as 159 médias concentrações existentes, 97 elevaram a participação no PIB nacional e as demais 62 perderam.

Entre as concentrações urbanas que mais avançaram na participação, estão Parauapebas/PA, Ribeirão Preto/SP e Campos dos Goytacazes/RJ, que embora tenham os maiores ganhos, participavam juntos com 1,3% do PIB do País em 2017. Na ponta inversa, as nove maiores reduções de participação são de grandes concentrações urbanas, sendo São Paulo/SP a que apresentou a maior redução, de 17,6% em 2016 para 17,3% em 2017, seguida por Belo Horizonte/MG, de 2,8% para 2,7%.

Ao se analisar a hierarquia urbana, fica mais clara a tendência de desconcentração do PIB. As metrópoles perderam participação no

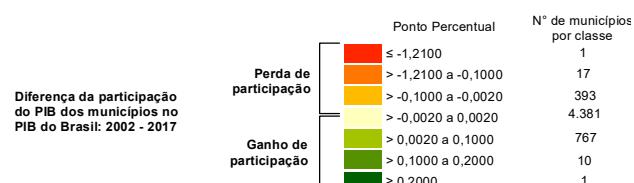
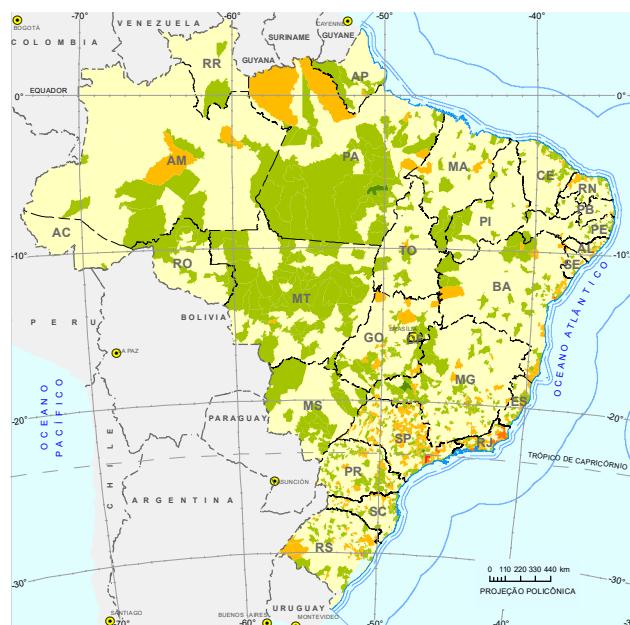
período, saindo de 44,5% no PIB nacional, em 2016, para 43,9% em 2017. Por sua vez, os municípios de menor hierarquia experimentaram crescimento acentuado. Os centros de zona aumentaram a participação no PIB nacional de 9,4% para 9,6%, e os centros locais apresentaram o maior ganho: de 17,0% para 17,3%.

Ao se observar alguns recortes geográficos específicos, essa tendência se mantém. A Cidade-Região de São Paulo representava, em 2016, 25,0% do PIB do Brasil passando a 24,6%, em 2017, uma redução de 0,4 p.p.. Por sua vez, o Semiárido representava 5,1% e avançou para 5,2%. De igual forma, a Amazônia Legal saiu de 8,6%, em 2016, para 8,7%, em 2017.

Na análise por diferenças de posição – obtidas a partir da diferença de posição dos municípios em relação ao valor do PIB –, os maiores destaques são de municípios com participação reduzida no PIB do País.

### Dinâmica do PIB dos municípios

2002-2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Curral Novo do Piauí (PI) foi o município com o maior avanço entre 2016 e 2017 – subiu 3 400 posições – desempenho influenciado pela indústria de geração eólica. Bodó (RN) e Simões (PI), segundo e terceiro maiores ganhos de posição, também tiveram resultado atrelado à atividade de geração elétrica com fonte eólica.

Entre os maiores recuos de posição, destacou-se Morro da Garça (MG), que caiu 2 208 posições, devido à redução na atividade de extração vegetal. Em seguida, Jandaíra (RN) teve redução atrelada a Indústrias de transformação. Icém (SP) e Vila Nova dos Martírios (MA) tiveram a terceira e quarta maiores quedas de posições devido à redução da Construção.

## Período 2002-2017<sup>11</sup>

Na análise de evolução de participação do PIB ao longo da série 2002-2017, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) tiveram as maiores quedas de participação entre os municípios brasileiros; o que aponta novamente para a tendência de desconcentração do PIB no nível

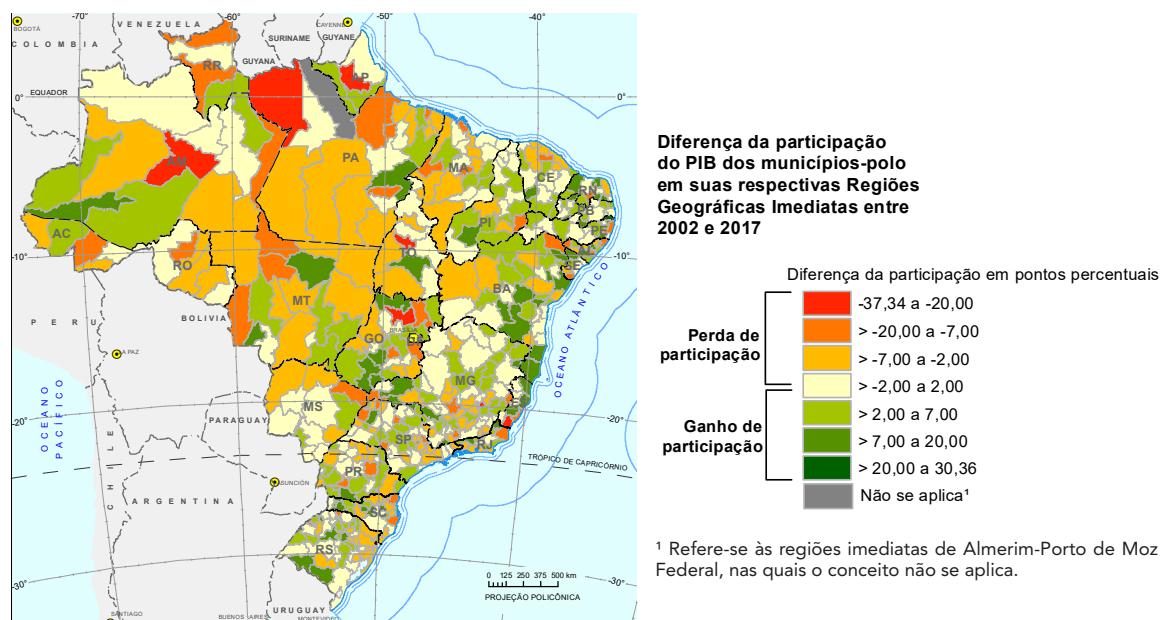
municipal. São Paulo perdeu 2,1 p.p. de participação na economia nacional influenciado pela redução relativa de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. Já na capital fluminense, a perda de 1,2 p.p. ocorreu em razão da diminuição de seu peso na Indústria do País.

Em seguida, Campos dos Goytacazes (RJ), São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Campos (SP) perderam 0,5 p.p., 0,3 p.p. e 0,3 p.p., respectivamente. No município fluminense houve redução em valor da extração de petróleo e nos dois municípios paulistas a queda vinculou-se a Indústrias de transformação.

O maior ganho de participação no período ocorreu no município de Osasco (SP), com aumento de 0,3 p.p., que adquiriu maior destaque na economia nacional devido às atividades de serviços, sobretudo no Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e em Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados. Itajaí (SC), segundo lugar, teve ganho de 0,2 p.p. em função do Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.

## Dinâmica do PIB nas Regiões Geográficas Imediatas

2002-2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

<sup>11</sup> 1. A série 2002 a 2009 refere-se à série retropolada do PIB dos Municípios, tendo por referência o ano de 2010 e, a partir de 2010 a série é estimada.

2. Para a análise do período 2002-2017 foram desconsiderados os 10 municípios criados entre 2003 e 2013.

O município de Alto Horizonte (GO) obteve o maior ganho de posição entre 2002 e 2017, devido ao desenvolvimento da indústria de extração de minerais metálicos não ferrosos neste período; ainda assim manteve participação relativamente baixa no PIB nacional. As maiores quedas de posição, na série iniciada em 2002, ocorreram em Motuca e Rubiácea, dois municípios paulistas com economia predominantemente agrícola.

Ao se analisar a evolução da participação no PIB nacional das concentrações urbanas, confirma-se a tendência de redução da importância relativa das concentrações urbanas de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e ainda o avanço relativo das concentrações de Jundiaí/SP, Itajaí-Balneário Camboriú/SC, Parauapebas/PA, Uberlândia/MG, Brasília/DF, Goiânia/GO e Fortaleza/CE. Das 185 concentrações urbanas do País, 119 ganharam participação enquanto as demais 66 reduziram. Chama atenção que as seis concentrações urbanas que mais perderam participação no PIB do País no período pertenciam aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Amazônia Legal e o Semiárido ganharam participação no PIB nacional, 1,8 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente. A Cidade-Região de São Paulo, por sua vez, reduziu de 27,0% do PIB nacional para 24,6%, não só em função da redução do peso da capital paulista no PIB do País, mas também pela perda relativa de outros municípios que a compõe, e que têm representatividade na Indústria nacional.

Sob o recorte de Regiões Geográficas Imediatas, o padrão de desconcentração econômica se mantém. De um modo geral, verifica-se que nas áreas de maior PIB e população – como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) – os municípios-polo perderam participação se comparados aos do entorno, enquanto nas áreas de menor PIB ocorreu o inverso.

A área quase contínua formada pelos municípios-polo dos Estados do Mato Grosso, Pará, Bahia, Tocantins e Maranhão, com perda de participação no PIB de suas Regiões Geográficas Imediatas, tem a Agropecuária como atividade relevante. Já os municípios-polo do Semiárido, do Oeste Paulista, do Triângulo Mineiro, do Sul de Goiás e do Oeste do Amazonas ganharam importância em suas Regiões Geográficas, apontando para a formação e ou consolidação de centralidades nessas áreas.

### Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do PIB no Brasil		
	2002 (%)	2017 (%)	Diferença 2017-2002 (p.p.)
<b>Brasil</b>	100,0	100,0	-
<b>Grandes Regiões</b>			
Norte	4,7	5,6	0,9
Nordeste	13,1	14,5	1,4
Sudeste	57,4	52,9	(-) 4,5
Sul	16,2	17,0	0,8
Centro-Oeste	8,6	10,0	1,4
<b>Hierarquia urbana</b>			
Metrópoles	47,3	43,9	(-) 3,5
Capitais regionais	21,1	21,2	0,1
Centros sub-regionais	7,4	8,0	0,6
Centros de zona	8,4	9,6	1,2
Centros locais	15,8	17,3	1,5
<b>Regiões geográficas imediatas</b>			
Municípios-polo	61,5	58,6	(-) 2,9
Municípios do entorno	38,5	41,4	2,9
<b>Concentrações urbanas</b>			
Grandes concentrações urbanas	57,1	53,4	(-) 3,7
Médias concentrações urbanas	19,9	21,1	1,2
<b>Recortes selecionados</b>			
Amazônia Legal	6,9	8,7	1,8
Semiárido	4,5	5,2	0,8
Cidade-Região de São Paulo	27,0	24,6	(-) 2,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas no total do valor adicionado bruto do Brasil											
	Agropecuária			Indústria			Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social			Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social)		
	2002 (%)	2017 (%)	Diferença 2017-2002 (p.p.)	2002 (%)	2017 (%)	Diferença 2017-2002 (p.p.)	2002 (%)	2017 (%)	Diferença 2017-2002 (p.p.)	2002 (%)	2017 (%)	Diferença 2017-2002 (p.p.)
Brasil	6,4	5,3	(-) 1,1	26,4	21,1	(-) 5,3	16,5	17,7	1,2	50,7	55,9	5,2
<b>Grandes Regiões</b>												
Norte	0,5	0,6	0,1	1,3	1,5	0,2	1,2	1,5	0,3	1,8	2,2	0,4
Nordeste	1,3	1,0	(-) 0,4	3,1	2,8	(-) 0,3	3,2	3,7	0,6	5,8	7,3	1,4
Sudeste	1,8	1,3	(-) 0,5	15,7	11,2	(-) 4,6	7,6	7,1	(-) 0,5	31,4	32,5	1,1
Sul	1,8	1,5	(-) 0,3	4,8	4,2	(-) 0,6	2,1	2,5	0,4	7,8	8,9	1,1
Centro-Oeste	1,0	1,0	0,0	1,4	1,4	0,0	2,5	2,9	0,4	3,9	5,0	1,1
<b>Hierarquia urbana</b>												
Metrópoles	0,1	0,1	(-) 0,0	10,6	7,3	(-) 3,4	6,9	6,8	(-) 0,1	28,0	28,2	0,3
Capitais regionais	0,4	0,3	(-) 0,1	7,0	5,2	(-) 1,8	2,9	3,2	0,3	10,7	12,3	1,6
Centros sub-regionais	0,5	0,3	(-) 0,1	2,4	2,0	(-) 0,4	1,2	1,4	0,2	3,5	4,4	0,8
Centros de zona	1,2	1,0	(-) 0,2	2,4	2,6	0,2	1,5	1,7	0,2	3,6	4,7	1,0
Centros locais	4,3	3,7	(-) 0,6	3,9	4,0	0,1	4,0	4,5	0,5	4,9	6,4	1,4
<b>Regiões geográficas imediatas</b>												
Municípios-polo	1,5	1,2	(-) 0,3	14,9	10,6	(-) 4,3	9,1	9,7	0,5	35,5	36,4	0,9
Municípios do entorno	4,9	4,1	(-) 0,8	11,5	10,5	(-) 1,0	7,4	8,0	0,6	15,3	19,5	4,3
<b>Concentrações urbanas</b>												
Grandes concentrações urbanas	0,2	0,2	(-) 0,1	13,9	9,7	(-) 4,2	8,2	8,2	0,1	32,9	33,7	0,8
Médias concentrações urbanas	0,8	0,6	(-) 0,2	6,9	5,7	(-) 1,2	2,9	3,3	0,4	9,5	11,7	2,2
<b>Recortes selecionados</b>												
Amazônia Legal	1,0	1,1	0,2	1,8	2,0	0,3	1,7	2,2	0,5	2,8	3,7	0,9
Semiárido	0,7	0,5	(-) 0,2	0,9	0,9	(-) 0,1	1,6	1,9	0,3	1,6	2,3	0,7
Cidade-Região de São Paulo	0,1	0,0	(-) 0,0	7,2	4,7	(-) 2,4	2,2	2,0	(-) 0,2	16,3	16,8	0,5

## Perfil econômico dos municípios<sup>12</sup>

Em 2017, 49,2% dos municípios brasileiros, ou 2 741 municípios, a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social foi a principal atividade econômica. Nas Unidades da Federação do Acre, Roraima, Amapá, Piauí, Paraíba e Distrito Federal esse percentual ultrapassou 90,0%. No outro extremo, o Estado de São Paulo teve apenas 9,3% de municípios com essa característica.

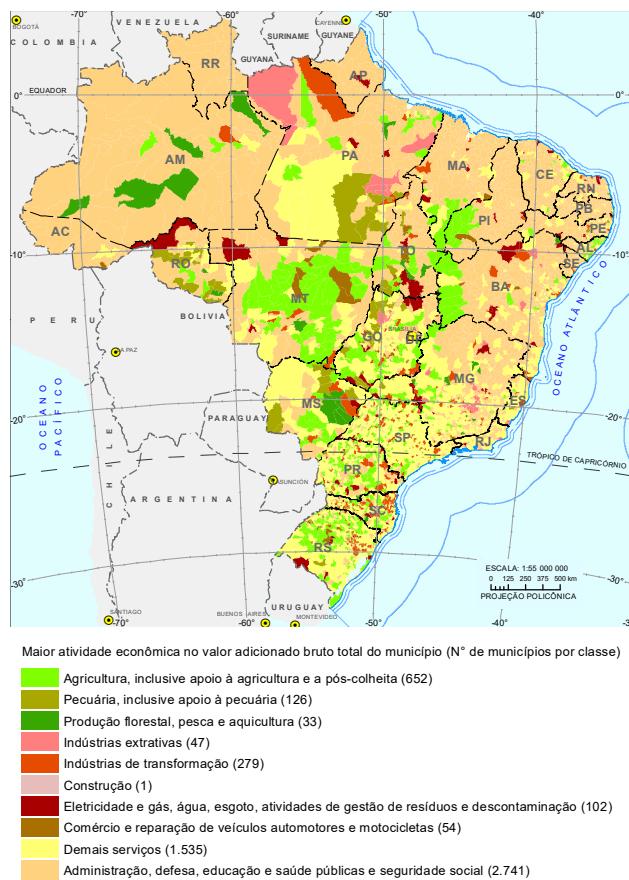
Dos 279 municípios cuja atividade principal em 2017 foi Indústrias de transformação, 219 estiveram concentrados nas Regiões Sudeste e Sul; o que equivale a 78,5%. Mato Grosso obteve o maior

percentual de municípios em que a Agricultura, inclusive apoio à agricultura e pós-colheita aparece como atividade de maior destaque (35,5%), seguido por Rio Grande do Sul (32,4%) e Paraná (30,8%).

Excluindo desta análise a Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, Demais Serviços foi a principal atividade de 3 740 municípios em 2017, seguida pela Agricultura, inclusive apoio à agricultura e pós-colheita com 910 municípios. Na comparação com o início da série, em 2002, destaca-se a redução do número de municípios com agricultura ou pecuária como atividade principal, enquanto o número de municípios com maior peso de Demais Serviços foi ampliado.

### Atividade econômica predominante no município

2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

<sup>12</sup> Para a análise do perfil econômico, a principal atividade foi selecionada dentre as seguintes: Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; Pecuária, inclusive apoio à pecuária; Produção florestal, pesca e aquicultura; Indústrias extractivas; Indústrias de transformação; Construção; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e Demais serviços.

<sup>13</sup> Recorte geográfico que reúne um conjunto de municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extractivos. O relatório técnico do Projeto Regiões Rurais 2015, divulgado pelo IBGE naquele mesmo ano, identifica 104 regiões rurais no território brasileiro.

## Agropecuária

Observa-se, em 2017, que ¼ do valor adicionado bruto da Agropecuária brasileira era concentrada em 165 municípios. Desses municípios, as Regiões Sul e Centro-Oeste somavam 96 municípios, ou 58,2%, ancorados na produção de soja em grão, algodão herbáceo e arroz em grão. Os cinco maiores valores foram, na ordem, São Desidério (BA), Rio Verde (GO), Sapezal (MT), Sorriso (MT) e Três Lagoas (MS), e somaram 2,2% do valor adicionado bruto da Agropecuária em 2017.

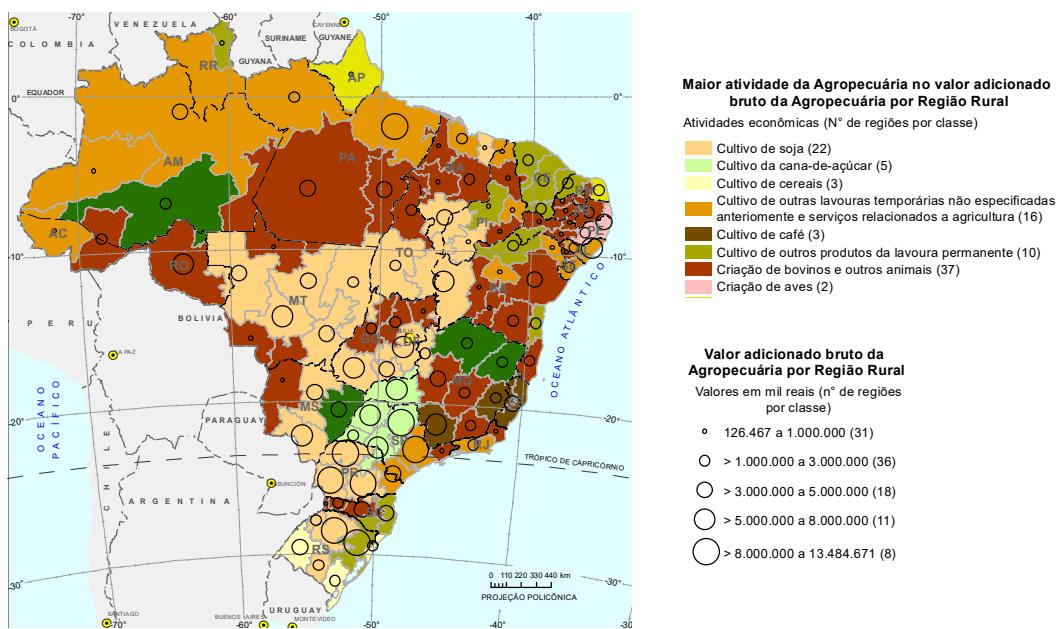
Entre os 20 maiores valores percebe-se que da primeira à 12ª posição apenas dois municípios não eram da Região Centro-Oeste: São Desidério (BA) e Formosa do Rio Preto (BA). Os dois municípios baianos ocuparam a primeira e sétima posições, respectivamente, sendo as produções de soja e algodão herbáceo seus principais culturais. Dos demais municípios, da 13ª à 20ª posição, apenas dois pertenciam ao Centro-Oeste: Nova Mutum (MT), na 14ª posição, com destaque nos cultivos de soja e algodão herbáceo; e Rio Brilhante (MS), na 20ª posição, sendo os cultivos de cana-de-açúcar e de soja os principais destaques.

Ao se analisar os dados a partir do recorte das regiões rurais<sup>13</sup> do Brasil, observamos que os maiores valores adicionados brutos foram de regiões rurais localizadas, em geral, no Sul e Sudeste do País, sendo a soja e a cana-de-açúcar as principais atividades de grande parte delas.

Entre as 15 regiões rurais com maior valor adicionado bruto, os destaques ficaram para as regiões rurais da Capital Regional de Passo Fundo/RS e da Capital Regional de Cascavel/PR, sendo a produção Agropecuária correspondente a 17,1% e 15,0%, respectivamente, de suas economias em 2017. Há que se destacar ainda que a Agropecuária da região rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP, embora fosse o sexto maior valor da atividade nacional, correspondia apenas a 0,7% de sua economia.

## Atividade da Agropecuária predominante nas regiões rurais

2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

Ressalta-se que 14, das 15 regiões rurais com maior valor adicionado bruto, apresentaram seus destaques na lavoura temporária. A exceção foi a região rural das Capitais Regionais de Pouso Alegre e Varginha/MG, que teve maior valor na lavoura permanente, com destaque para o cultivo de café. Ressalta-se ainda a grande importância relativa do valor adicionado bruto da extração vegetal e pesca na região rural da metrópole de Belém/PA.

Balsas/MA e Eirunepé e Lábrea/AM foram as duas regiões rurais em que a Agropecuária teve maior participação no valor adicionado bruto: 46,0% e 35,7%, respectivamente.

A pecuária seguiu como principal atividade Agropecuária do Semiárido além do destaque na Amazônia Legal. Nessa região, porém, a maior participação ficou com a lavoura temporária.

Ao se analisar a densidade econômica da Agropecuária, segundo a classificação do núcleo da região rural, observa-se que a região rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo detinha a mais elevada densidade econômica, seguida por regiões rurais das metrópoles nacionais. As regiões rurais de capital regional tiveram, em 2017, a terceira maior densidade econômica.

## Indústria

Na Indústria, em 2017, 20 municípios concentravam  $\frac{1}{4}$  de seu valor adicionado bruto, revelando um nível de concentração maior que na Agropecuária. Com mais 69 municípios chega-se a  $\frac{1}{2}$  da Indústria.

No outro extremo, nota-se que 2 729 municípios responderam por 1,0% da Indústria.

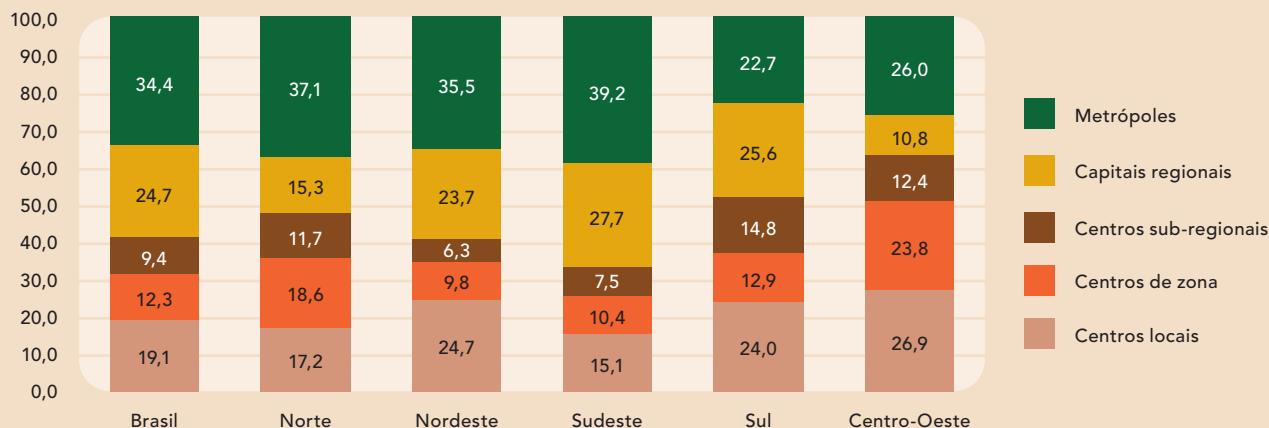
A capital paulista manteve a primeira posição, concentrando 4,9% em 2017 (8,1% em 2002). Rio de Janeiro, com 2,7%, ocupou a segunda posição, seguido por Manaus (2,1%) devido à Zona Franca. Na sequência, tanto Paulínia (SP), com 1,5%, quanto São José dos Campos (SP), com 1,3% de participação, tiveram seus desempenhos vinculados à indústria do refino de petróleo. Já em Parauapebas (PA), que ocupou a sexta posição, a participação de 1,1% se relacionou à extração de minério de ferro.

Entre os 20 municípios de maior participação em 2017, 13 pertenciam à Região Sudeste, sendo que oito eram paulistas. Três municípios pertenciam ao Sul, Curitiba (PR), Araucária (PR) e Joinville (SC); apenas dois municípios eram da Região Norte, Manaus (AM) e Parauapebas (PA); e o Nordeste e Centro-Oeste tinham um município cada, Camaçari (BA) e Brasília (DF), respectivamente.

Na análise por concentrações urbanas, observa-se que a de São Paulo/SP, com a maior participação, representava 11,2% da atividade industrial do País, seguida pelas concentrações urbanas do Rio de Janeiro/RJ (5,3%), Campinas/SP (3,5%), Belo Horizonte/MG (3,2%) e Curitiba/PR (2,8%), em 2017. Estas cinco concentrações urbanas representaram, juntas, 26,0% do valor adicionado bruto da Indústria brasileira.

## Participação do valor adicionado bruto na Indústria do Brasil, por hierarquias urbanas, segundo as Grandes Regiões (%)

2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

Já por hierarquia urbana, verifica-se que os centros de hierarquia mais baixa representavam 40,9%, sendo eles: centros sub-regionais (9,4%), centros de zona (12,3%), e centros locais (19,1%). As metrópoles, hierarquia mais elevada, corresponderam a 34,4% enquanto as capitais regionais, 24,7%.

A Cidade-Região de São Paulo representava 22,3% do total do valor adicionado bruto da Indústria no País em 2017, destacando-se a atividade de Indústrias de transformação. Por sua vez, a Amazônia Legal representava 9,7% e o Semiárido 4,0% do valor adicionado bruto industrial do Brasil.

### Serviços

Nos Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social) três municípios somavam quase de  $\frac{1}{4}$  do total dessa atividade no Brasil em 2017: São Paulo (SP), com 15,0%, Rio de Janeiro (RJ), com 5,7%, e Brasília (DF), com 3,4%. Os 38 municípios de maior participação acumularam  $\frac{1}{2}$  do total, dentre os quais 19 eram capitais. No mesmo ano, os 2 036 municípios de menor participação somavam apenas 1,0% desses serviços.

Dos municípios que somaram até  $\frac{1}{2}$  do total nacional dos Serviços, ainda excluindo a administração pública, na Região Norte somente as capitais do Amazonas e do Pará estiveram neste grupo e da Região Nordeste não apareceram as capitais dos Estados do Piauí, Paraíba e Sergipe entre estes municípios. Todas as capitais pertencentes às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estiveram entre os maiores valores desses serviços em 2017. Destaca-se também que 14 dos 38 municípios deste grupo eram paulistas.

Excluindo os Municípios das Capitais e todos os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, os mais bem posicionados foram, na ordem, Uberlândia (MG) e Contagem (MG), na 23<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> posições.

Ao se analisar outros recortes geográficos, somente a concentração urbana de São Paulo/SP representava 22,8% do total do valor adicionado bruto de Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social). As 10 concentrações urbanas com maiores valores adicionados brutos desses serviços, totalizavam 49,6% do valor nacional.

Significativa ainda foi a participação da Cidade-Região de São Paulo, com 30,1% dos Serviços do País, ainda excluindo a administração pública. A região do Semiárido apresentava um valor adicionado bruto que respondia por 4,2% desses serviços enquanto a Amazônia Legal por 6,6%.

Segundo a hierarquia urbana, observa-se que o total dos Serviços foram fortemente concentrados nas metrópoles, com 47,7% do valor nacional. Ainda nas metrópoles os Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social), representavam 50,5% do total Brasil e 33,0% da população brasileira. No outro extremo, pode-se verificar que, embora a população total dos centros locais seja elevada (28,0% do total do País), o valor adicionado bruto dos Serviços, ainda excluindo a administração pública, correspondia a 11,4% do total nacional.

Em Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, observa-se a elevada participação desta atividade, sobretudo para a economia dos municípios de menores PIBs. Nota-se ainda que, nos municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste,

os serviços da administração pública tiveram maior peso em suas economias. Entretanto, observa-se que houve concentração destes serviços nos Municípios das Capitais ou municípios da Região Sudeste, em termos de participação da atividade no Brasil.

As grandes concentrações urbanas tiveram participação de 46,5% no total dos serviços de administração pública nacional.

Dentre essas concentrações, destacaram-se as concentrações de Brasília/DF, com 10,1% da administração pública nacional, Rio de Janeiro/RJ, com 8,8%, e São Paulo/SP, com 7,7%.

Sob o ponto de vista da hierarquia urbana, as metrópoles detinham 38,8% do valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, e 33,0% da população brasileira, concentrando mais serviço do que população. Enquanto isso, os centros locais apresentaram relação inversa: concentravam 28,0% da população nacional e 25,5% dos serviços da administração pública do País.

Há que se destacar ainda que 11,4% do valor adicionado da administração pública correspondia ao conjunto de municípios que compõe a Cidade-Região de São Paulo. Por sua vez, o Semiárido, correspondia à 10,6% do total da atividade e a Amazônia Legal, respondeu por 12,3% do total nacional de Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social.

Em 2017, os 10 primeiros municípios de maior valor dos serviços da administração pública agregaram cerca de  $\frac{1}{4}$  do total do valor adicionado bruto da administração pública, sendo os três primeiros: Brasília (DF), com 9,8%; Rio de Janeiro (RJ), com 4,9%, e São Paulo (SP), com 4,3%.

Desconsiderando os Municípios das Capitais, até a 20ª posição encontramos os municípios de Duque de Caxias (RJ) na 11ª posição, São Gonçalo (RJ) na 12ª, Guarulhos (SP) na 15ª, Nova Iguaçu (RJ) na 16ª, e Campinas (SP) na 18ª. ■

## Valor adicionado bruto e participação das atividades econômicas no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2017

(continua)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Serviços	
	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1000)	Participação no Brasil (%)
<b>Brasil</b>	<b>4 169 864 000</b>	<b>100,0</b>
<b>10 maiores concentrações urbanas por valor adicionado bruto</b>	<b>1 944 475 485</b>	<b>46,6</b>
São Paulo/SP	800 147 413	19,2
Rio de Janeiro/RJ	352 063 508	8,4
Brasília/DF	214 714 517	5,1
Belo Horizonte/MG	113 488 298	2,7
Porto Alegre/RS	105 597 731	2,5
Curitiba/PR	88 536 728	2,1
Campinas/SP	73 783 253	1,8
Salvador/BA	68 966 312	1,7
Recife/PE	68 941 048	1,7
Fortaleza/CE	58 236 677	1,4
<b>Concentrações urbanas</b>		
Grandes concentrações urbanas	2 377 372 823	57,0
Médias concentrações urbanas	847 135 231	20,3
<b>Hierarquia urbana</b>		
Metrópoles	1 987 890 023	47,7
Capitais regionais	879 415 102	21,1
Centros sub-regionais	325 797 307	7,8
Centros de zona	361 024 588	8,7
Centros locais	615 736 980	14,8
<b>Recortes selecionados</b>		
Amazônia Legal	331 780 980	8,0
Semiárido	238 306 976	5,7
Cidade-Região de São Paulo	1 066 516 346	25,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

## Valor adicionado bruto e participação das atividades econômicas no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2017

(conclusão)

Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)			Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social		
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto		Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1000)	Participação no Brasil (%)		Valor (R\$ 1000)	Participação no Brasil (%)
<b>Brasil</b>	<b>3 168 889 000</b>	<b>100,0</b>	<b>Brasil</b>	<b>1 000 975 000</b>	<b>100,0</b>
<b>10 maiores concentrações urbanas por valor adicionado bruto</b>	<b>1 572 200 110</b>	<b>49,6</b>	<b>10 maiores concentrações urbanas por valor adicionado bruto</b>	<b>373 286 390</b>	<b>37,3</b>
São Paulo/SP	722 938 749	22,8	Brasília/DF	101 456 967	10,1
Rio de Janeiro/RJ	263 645 099	8,3	Rio de Janeiro/RJ	88 418 409	8,8
Brasília/DF	113 257 550	3,6	São Paulo/SP	77 208 665	7,7
Belo Horizonte/MG	90 911 690	2,9	Belo Horizonte/MG	22 576 608	2,3
Porto Alegre/RS	87 693 537	2,8	Porto Alegre/RS	17 904 194	1,8
Curitiba/PR	72 727 023	2,3	Recife/PE	16 019 525	1,6
Campinas/SP	65 017 213	2,1	Curitiba/PR	15 809 705	1,6
Salvador/BA	56 917 156	1,8	Fortaleza/CE	12 066 107	1,2
Recife/PE	52 921 523	1,7	Salvador/BA	12 049 156	1,2
Fortaleza/CE	46 170 570	1,5	Goiânia/GO	9 777 056	1,0
<b>Concentrações urbanas</b>			<b>Concentrações urbanas</b>		
Grandes concentrações urbanas	1 911 634 260	60,3	Grandes concentrações urbanas	465 738 563	46,5
Médias concentrações urbanas	661 926 543	20,9	Médias concentrações urbanas	185 208 688	18,5
<b>Hierarquia urbana</b>			<b>Hierarquia urbana</b>		
Metrópoles	1 599 533 945	50,5	Metrópoles	388 356 078	38,8
Capitais regionais	698 201 202	22,0	Capitais regionais	181 213 900	18,1
Centros sub-regionais	247 225 074	7,8	Centros sub-regionais	78 572 233	7,8
Centros de zona	263 734 258	8,3	Centros de zona	97 290 330	9,7
Centros locais	360 194 521	11,4	Centros locais	255 542 459	25,5
<b>Recortes selecionados</b>			<b>Recortes selecionados</b>		
Amazônia Legal	209 039 726	6,6	Amazônia Legal	122 741 254	12,3
Semiárido	132 507 632	4,2	Semiárido	105 799 345	10,6
Cidade-Região de São Paulo	952 661 994	30,1	Cidade-Região de São Paulo	113 854 352	11,4

### Expediente

#### Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,  
Coordenação de Contas Nacionais  
Diretoria de Geociências,  
Coordenação de Geografia  
Coordenação de Recursos Naturais e  
Estudos Ambientais

#### Normalização textual

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Documentação

#### Projeto gráfico

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Editoração

#### Elaboração de mapas

Diretoria de Geociências,  
Coordenação de Geografia

#### Ilustrações

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Editoração

#### Imagens fotográficas

Acervo IBGE  
Agência Brasil

#### Impressão

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gráfica Digital

**Se o assunto é Brasil,  
procure o IBGE.**



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) 0800-721-8181



(21) 97385-8655



### Links

Tabelas de resultados,  
notas técnicas e demais  
informações sobre a  
pesquisa/estudo

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municípios.html>>